

20.04



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

**AMB – ASSOCIAÇÃO DOS  
MAGISTRADOS BRASILEIROS**  
**ENM - ESCOLA NACIONAL DA  
MAGISTRATURA**

**RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA**

**EQUIPE CEPA / EA / UFRGS**

**Luiz Antonio Slongo**

**Guilherme Trez**

**Lélis Balestrin Espartel**

**Marcelo Jacques Fonseca**





# SUMÁRIO

---

SUMÁRIO .....	2
APRESENTAÇÃO .....	3
OBJETIVOS DA PESQUISA .....	4
MÉTODO .....	5
<i>FASE EXPLORATÓRIA</i> .....	5
PESQUISA EM FONTES SECUNDÁRIAS .....	5
ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE .....	6
CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA .....	6
<i>FASE DESCRITIVA</i> .....	7
COLETA DE DADOS .....	7
POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	8
DIGITAÇÃO E PROCESSAMENTO DOS DADOS .....	8
ANÁLISE ESTATÍSTICA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	8
CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....	9
CAUSAS .....	14
SOLUÇÕES .....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27



## APRESENTAÇÃO

---

O desenvolvimento do projeto de pesquisa, constante neste documento, se deu a partir de uma solicitação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por intermédio da Escola Nacional da Magistratura, para a realização de uma pesquisa junto aos magistrados brasileiros. O foco desse estudo é a percepção dos juizes sobre o problema da violência e da criminalidade no Brasil.

Sabe-se que a sociedade brasileira tornou-se mais violenta com o tempo, característica dos países em desenvolvimento, e que essa realidade é um problema que tem despertado cada vez mais a atenção da população. Isso fica evidente, por exemplo, ao se analisar o espaço dado pelos meios de comunicação para o problema da criminalidade.

É interessante destacar que, apesar da importância do tema e da grande quantidade de centros de estudo que se preocupam com a análise dessa problemática, são poucos os indicadores precisos que representam e quantificam adequadamente a violência e a criminalidade brasileira. Frente a essa situação convencionou-se a utilização do número de homicídios por 100 mil habitantes como um indicador que permite tal análise (Conjuntura Criminal, 1998) e comparação com indicadores de outros países.

A análise dos resultados de uma comparação como essa permite a constatação de que o Brasil encontra-se, infelizmente, em uma situação de destaque: enquanto os países da Europa Ocidental apresentam taxas médias de 1,9 homicídios por 100 mil habitantes, ou da América do Norte com taxas de 6,1, o Brasil tem índice de 24,1 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Buscando dar a sua contribuição para reverter esse quadro, a Escola Nacional da Magistratura solicitou ao Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, órgão especializado em pesquisas de mercado e de opinião, uma investigação junto aos magistrados brasileiros. Objetivo: identificar, a partir da percepção desse público, as principais causas para a atual situação de criminalidade e violência do Brasil e possíveis medidas de solução dessa situação. Essa pesquisa ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2002 e resultou neste relatório.



## OBJETIVOS DA PESQUISA

---

De acordo com as informações e solicitações recebidas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foram estabelecidos os objetivos que orientaram a execução da pesquisa junto aos juizes. Esses objetivos são a seguir descritos:

### **Objetivo geral**

- Verificar a percepção dos magistrados brasileiros sobre a violência e a criminalidade evidenciada nas diversas regiões do país.

### **Objetivos específicos**

- Identificar as causas, próximas e remotas, para a violência e a criminalidade, envolvendo questões legais, jurídicas e de administração pública;
- Verificar quais medidas poderiam ser tomadas para a redução da violência e da criminalidade;
- Identificar que públicos seriam intervenientes no processo, e como isto aconteceria.

## MÉTODO

A apresentação do método de pesquisa pressupõe uma descrição detalhada de todas as atividades e procedimentos adotados durante a realização da mesma.

Para a consecução dos objetivos estipulados, a pesquisa foi desmembrada em duas fases distintas: a primeira, chamada *fase exploratória*, onde foram levantadas as informações necessárias à elaboração do instrumento de coleta; e a segunda, chamada *fase descritiva*, que consistiu, basicamente, na aplicação do instrumento de coleta junto ao público-alvo da pesquisa.

### FASE EXPLORATÓRIA

A etapa exploratória da pesquisa, responsável por fornecer subsídios para as etapas seguintes, utilizou basicamente os seguintes procedimentos:

- Pesquisa em fontes de dados secundários;
- Entrevista em profundidade com alguns juizes;
- Reuniões com representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros.

### PESQUISA EM FONTES SECUNDÁRIAS

A pesquisa em fontes de dados secundários (como artigos publicados, pesquisas acadêmicas, informações disponíveis em bancos de dados, entre outras) tem como propósito identificar resultados de estudos previamente realizados. Essa técnica de pesquisa apresenta a vantagem do baixo custo de coleta, quando comparada à coleta de dados primários. É uma fonte de informações que pode fornecer importantes *insights* em qualquer estudo. Normalmente inicia-se uma pesquisa com a busca de dados em fontes secundárias e, somente quando estas forem exaustivamente trabalhadas, deve-se passar para o estudo através da coleta de dados em fontes primárias, utilizando-se da "bagagem" que o primeiro estudo propiciar.

Nesta pesquisa, a coleta de dados secundários envolveu a busca e análise de

diversos materiais, tais como trabalhos científicos, relatórios de pesquisa das instituições participantes e demais publicações sobre o tema da criminalidade e da violência.

A análise das informações coletadas permitiu os primeiros subsídios à elaboração do instrumento de coleta da pesquisa.

## ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

A entrevista em profundidade é uma entrevista pessoal direta e não-estruturada na qual o entrevistado é investigado por um entrevistador capacitado a descobrir motivações, crenças, atitudes e sentimentos implícitos a respeito de um determinado assunto. A investigação exaustiva é crucial para que se obtenha as informações necessárias à execução das fases seguintes da pesquisa.

Uma das vantagens da entrevista em profundidade é a possibilidade de troca direta de informações com o respondente, proporcionando, como o nome já diz, *insights* mais profundos em relação ao tópico investigado.

Para esta pesquisa, foram realizadas **16 entrevistas em profundidade**, com diferentes públicos, envolvendo advogados, promotores de justiça, juízes, delegados de polícia, membros do poder legislativo e líderes comunitários.

Para a seleção das pessoas entrevistadas utilizou-se uma amostragem *não probabilística*, definida por julgamento, uma vez que, para este tipo de entrevista, era necessário que os elementos da amostra fossem escolhidos em função da possibilidade de contribuição com o trabalho, ou seja, que tivessem discernimento e experiência para falar sobre violência e criminalidade, suas causas e possíveis soluções.

Encerrada a etapa de entrevistas, realizou-se uma análise de conteúdo de todas as informações coletadas, o que, somadas àquelas referentes aos dados secundários, possibilitou a elaboração do instrumento de coleta.

## CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA

A partir da combinação dos dados secundários, da análise de conteúdo das entrevistas em profundidade e dos contatos com os representantes da AMB, foi possível a elaboração da primeira versão do instrumento de coleta (questionário) da pesquisa.

De posse dessa primeira versão de questionário, uma série de reuniões foi realizada para que se discutisse tanto o conteúdo quanto a forma de redação das questões. Finalizada a etapa de validação do questionário, realizou-se um pré-teste junto a aproximadamente 10 juízes para se identificar possíveis problemas de compreensão das questões. As alterações decorrentes desse teste permitiram que se redigisse a versão final do questionário.

## **FASE DESCRITIVA**

Pesquisas descritivas caracterizam-se por terem objetivos bem definidos e serem formalizadas em seus procedimentos, sendo ainda dirigidas para a resolução de problemas ou para a escolha entre alternativas. Trata-se de um tipo de pesquisa conclusiva que tem como principal propósito a descrição de alguma coisa, normalmente características ou comportamentos.

Para esta pesquisa, a investigação de natureza descritiva justifica-se uma vez que se busca avaliar a percepção de um determinado grupo de pessoas (magistrados) a respeito de um determinado tema. Para tanto, envolveu a aplicação de um instrumento de coleta a uma amostra e posterior análise quantitativa dos dados.

## **COLETA DE DADOS**

O processo de coleta de dados ocorreu de duas formas: envio do questionário pelo correio e disponibilização do questionário no *site* da Escola Nacional da Magistratura.

A coleta de dados via correio exigiu os seguintes procedimentos:

- inserção de uma reportagem no Boletim da AMB anunciando os objetivos da pesquisa e o momento que a mesma seria iniciada;
- confecção da "arte" do questionário pela agência de publicidade da Escola Nacional da Magistratura;
- remessa do questionário, com carta-resposta, a todos os magistrados constantes no cadastro na Escola Nacional da Magistratura.

Concomitantemente, o *site* da Escola possuía um *link* para o questionário, dando oportunidade aos magistrados que quisessem responder à pesquisa pela internet. Destaca-

se que o magistrado só poderia preencher o questionário uma única vez, pois o banco de dados poderia identificar, e impedir, o recebimento de mais de um questionário de um mesmo endereço eletrônico.

## POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa foi composta por todos os magistrados cadastrados no banco de dados da Escola Nacional da Magistratura, situados em todo o território nacional.

A amostra final do estudo foi formada pela soma de todos os questionários preenchidos e devolvidos pelo correio, além daqueles respondidos pela internet. Como resultado do esforço de coleta de dados, foram recebidos pelos coordenadores da pesquisa **1.017 questionários**, amostra que permite uma margem de confiança superior a 99%.

## DIGITAÇÃO E PROCESSAMENTO DOS DADOS

A etapa de digitação e processamento dos dados, iniciada tão logo os questionários começaram a retornar, foi de responsabilidade da equipe do CEPA. Todos os questionários foram digitados utilizando-se planilha eletrônica, para posterior utilização e análise em *softwares* estatísticos específicos.

## ANÁLISE ESTATÍSTICA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A partir do banco de dados pronto, foi possível a realização da análise estatística, utilizando-se técnicas como distribuição de frequência e cálculo de médias.

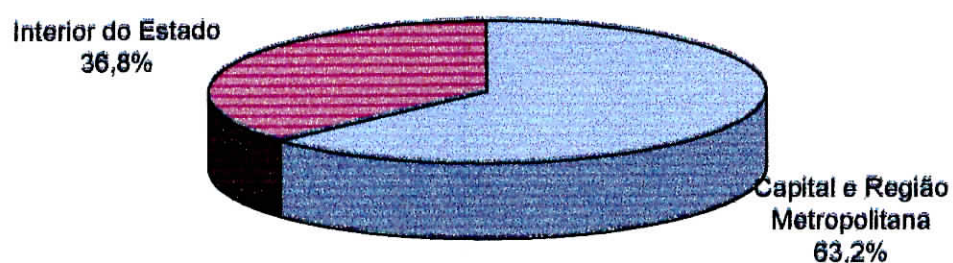
A *distribuição de frequência* é uma lista dos diferentes valores que cada variável pode assumir, considerando-se a escala adotada, com o número de vezes (ou citações) que cada valor ocorre. A *média* é uma medida de tendência central (que dá a idéia de um valor "típico") que corresponde à média aritmética de uma variável, relacionando os valores de cada resposta (ou observação) e o número total de respostas.

Tendo sendo feitas as análises, foi possível a estruturação dos resultados da pesquisa, apresentados a seguir.

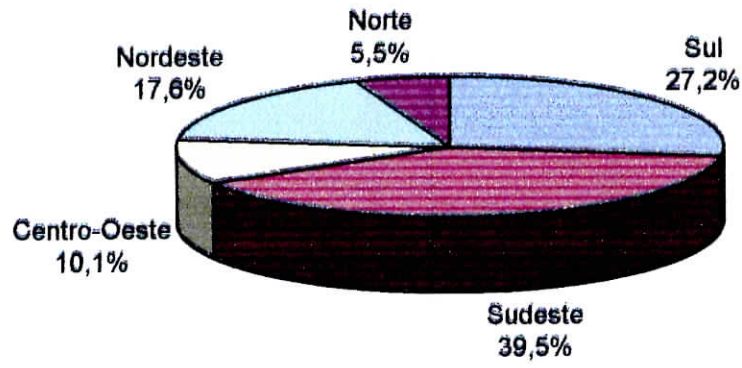
## CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi composta por 1.017 entrevistados, de todas as regiões do Brasil, e foram caracterizados a partir de um conjunto de questões como residência, região, sexo, idade, tempo de magistratura, situação atual (ativo ou inativo), natureza do poder judiciário e grau de jurisdição. Os resultados são apresentados a seguir.

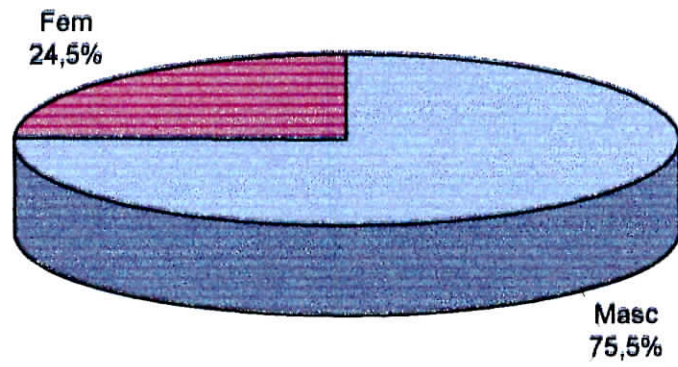
### Residência



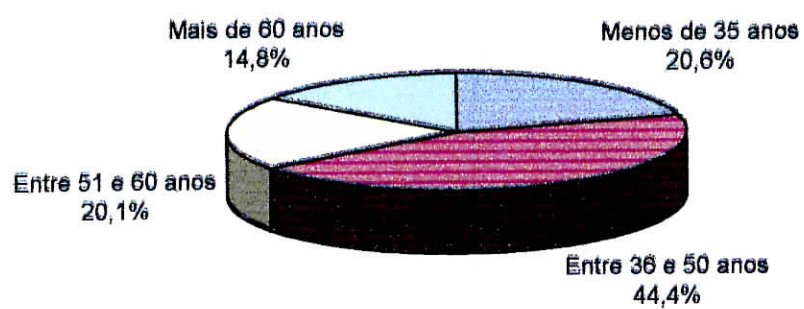
### Região



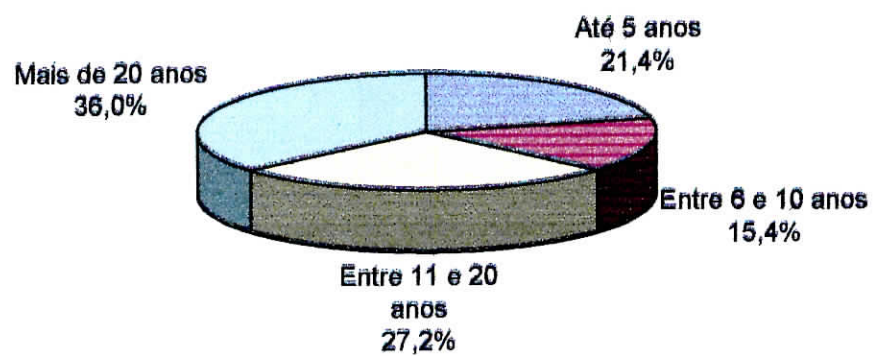
### Sexo



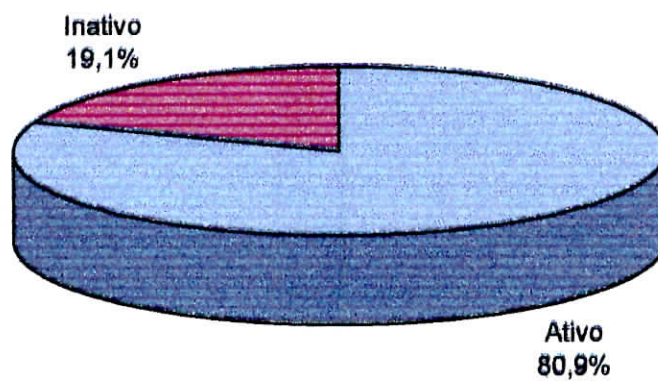
### Idade



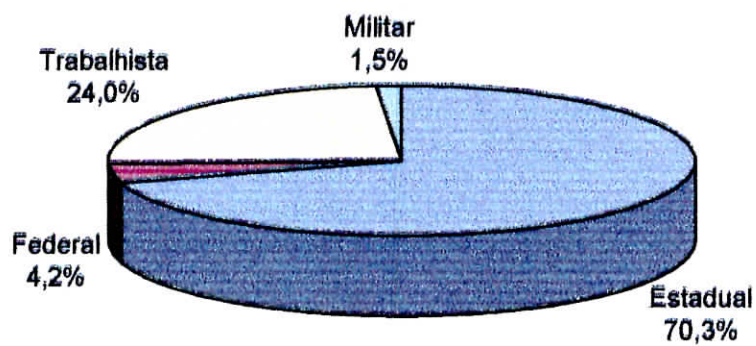
### Tempo de magistratura



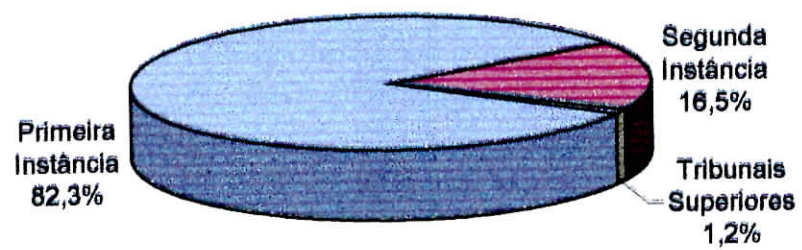
### Situação Atual



### Natureza do Poder Judiciário



### Grau de Jurisdição



## CAUSAS

A etapa exploratória da pesquisa, conforme já comentado, permitiu a identificação de um grande conjunto de causas, as quais foram agrupadas de acordo com os seguintes temas:

- Causas sócio-econômico-culturais;
- Causas relacionadas à Administração Pública;
- Causas relacionadas a questões de polícia e de sistema prisional;
- Causas relacionadas a questões legais e judiciais.

Para o preenchimento do questionário, os magistrados foram perguntados quanto ao grau de influência de cada uma das causas apresentadas, conforme exemplo abaixo:

	NENHUMA	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	MUITO GRANDE
Má distribuição de renda	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

O resultado final dessa avaliação, que pode ser analisado nas próximas páginas, consiste numa espécie de ranking das causas mais importantes para a atual situação quanto à segurança nacional. Em todos os blocos de questões investigados, as tabelas apresentam as causas por ordem decrescente de influência, segundo a coluna da direita (influência muito grande).

## Causas de natureza sócio-econômico-cultural

Tabela 1 – Causas sócio-econômico-culturais

<b>Causas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Má distribuição de renda	0,4	4,4	16,5	29,4	49,3
3. Altos índices de desemprego	1,5	3,7	19,2	32,9	42,7
2. Diferenças sociais (grande diferença de poder aquisitivo)	1,1	6,0	21,7	31,7	39,4
4. Marginalidade provocada pela miséria	0,4	7,0	19,2	34,2	39,2
16. Criminalidade organizada	1,6	7,2	19,4	33,1	38,7
15. Sensação / presunção de impunidade	0,7	4,0	20,1	37,2	37,9
17. Banalização da violência	0,9	6,0	21,6	34,6	36,8
11. Desestruturação do núcleo familiar	2,3	8,6	22,0	31,0	36,1
10. Crise ético-moral da sociedade	2,1	12,0	20,6	29,5	35,8
26. Falta de controle sobre as atividades empresariais que lucram com a prática do crime	2,7	12,4	18,9	34,2	31,9
7. Conflito e inversão de valores (deterioração de valores)	4,2	10,4	22,9	31,9	30,6
20. Vulgarização do uso de tóxicos	2,4	9,1	25,4	36,0	27,2
12. Excesso de permissividade da sociedade	6,0	17,5	29,5	24,8	22,2
21. Mídia sensacionalista	6,8	19,0	27,0	25,4	21,8
9. Supervalorização do poder do dinheiro	3,7	20,2	28,2	27,4	20,5
22. Liberação excessiva dos programas televisivos	9,3	21,6	25,1	23,6	20,4
14. Falta de disciplina nas escolas	5,8	18,8	30,1	25,6	19,7
19. Descumprimento reiterado pelo cidadão de regras de comportamento e de contrato como incentivador da criminalidade	4,3	16,4	28,1	34,3	16,9
8. Cultura capitalista (fortes aspirações de consumo, materialismo e competição)	5,1	20,6	29,4	29,2	15,8
5. Situação econômica atual do Brasil	2,3	16,7	33,7	32,1	15,3
13. Urbanização acelerada, com o crescimento desenfreado das cidades	2,4	15,5	36,1	31,6	14,4
18. Predisposição do delinqüente à violência	10,2	25,5	26,2	24,1	13,9
6. Globalização da economia	12,3	20,1	37,2	19,1	11,3
25. Relações de poder entre as classes (controle das classes populares pela elite)	15,9	26,1	30,7	17,8	9,5
23. Descrédito das religiões católicas	36,1	25,6	19,7	10,2	7,5
24. Crença em organizações religiosas não institucionalizadas	46,9	25,2	16,8	7,2	4,0

Obs.: os valores da tabela referem-se ao percentual de respondentes que assinalou cada uma das alternativas da escala

## Causas relacionadas à Administração Pública

Tabela 2 – Causas relacionadas à Administração Pública

Causas	1	2	3	4	5
4. Corrupção na administração pública	1,3	4,6	17,9	29,5	46,7
3. Falta de investimento na área de segurança pública	0,9	2,5	15,3	35,4	45,9
14. Insuficiência de investimentos em políticas sociais	1,9	6,1	15,8	31,6	44,6
10. Fácil acesso a armas de fogo	4,0	8,3	17,6	26,6	43,5
1. Falta de política nacional de segurança	1,5	4,5	13,4	37,6	43,1
5. Incompetência e descaso da administração pública	1,1	3,9	20,9	35,0	39,1
7. Falta de acesso à educação (analfabetismo)	3,0	9,1	25,1	25,3	37,6
6. Falta de aparelhamento dos órgãos públicos	0,3	4,5	21,8	36,5	36,8
2. Política de desmonte do serviço público	3,9	8,9	24,1	31,5	31,7
15. Desaparelhamento técnico do Juizado da Infância e da Juventude no trato do menor infrator	3,9	11,1	23,4	30,2	31,4
12. Sistema educacional fracassado	2,4	12,3	28,3	28,6	28,3
8. Falta de acesso à saúde	5,7	13,5	30,5	25,4	24,9
9. Falta de política de controle da natalidade	12,1	16,7	26,6	21,4	23,2
13. Falta de estrutura pública adequada para promover a defesa de réus pobres	8,1	20,4	31,2	22,7	17,5
11. Tradição de abuso de poder (repressão) por parte do Estado	7,1	19,6	35,5	23,3	14,5

Obs.: os valores da tabela referem-se ao percentual de respondentes que assinalou cada uma das alternativas da escala

## Causas relacionadas a questões de Polícia e de Sistema Prisional

Tabela 3 – Causas relacionadas a questões de Polícia e de Sistema Prisional

Causas	1	2	3	4	5
2. Inadequação / ineficiência do sistema prisional	0,5	3,8	15,7	28,2	51,8
1. Falta de estrutura do sistema prisional	2,1	4,7	13,2	28,9	51,1
9. Ineficiência das FEBEMs	2,5	8,4	17,8	29,9	41,4
5. Falta de treinamento / preparo dos policiais	0,8	3,4	17,7	36,9	41,3
4. Falta de estrutura / equipamentos para o policiamento	1,4	4,3	20,0	33,5	40,7
6. Falta de um policiamento mais ostensivo	1,1	6,5	20,9	31,3	40,2
3. Falta de uma postura mais repressiva por parte da polícia	4,4	12,6	30,4	30,6	21,9
8. Ênfase na prisão como forma de reprimir violência e criminalidade	11,0	24,1	29,5	21,3	14,1
7. Uso excessivo de força por parte da polícia	10,0	29,4	33,3	18,5	8,7

Obs.: os valores da tabela referem-se ao percentual de respondentes que assinalou cada uma das alternativas da escala

## Causas relacionadas a questões Legais e Judiciais

Tabela 4 – Causas relacionadas a questões Legais e Judiciais

Causas	1	2	3	4	5
10. Excesso de processos a serem julgados pelos juizes	4,6	7,5	20,3	25,4	42,1
3. Poder Legislativo despreparado para formulação de leis	2,8	9,5	19,0	29,2	39,5
2. Leis mal formuladas	2,6	9,8	19,6	30,4	37,6
13. Falta de efetivação da Lei de Execução Penal	2,9	7,1	21,4	31,4	37,2
11. Morosidade no julgamento de processos	2,3	8,3	21,3	32,5	35,6
1. Lentidão na aprovação de propostas feitas ao Congresso	4,7	9,7	23,1	29,2	33,3
14. Desproporção entre baixas penas aplicadas a autores de crimes grandes e a penas severas impostas a autores do tipo "ladrão-de-galinha"	3,9	11,5	26,4	25,9	32,3
12. Lei de Execução Penal inadequada	7,7	12,2	24,8	27,8	27,4
4. Brandura das leis penais	8,6	17,2	26,8	20,7	26,7
16. Falta de credibilidade nas instituições jurídicas	4,6	17,5	29,1	28,9	19,9
6. Descumprimento ideológico das leis	8,5	17,6	29,1	25,8	19,0
15. Maior possibilidade de apenação a criminosos de classe social diferente (mais baixa) da do juiz	16,6	21,5	25,0	21,4	15,4
8. Falta de democracia na escolha dos integrantes do Poder Judiciário	41,6	18,1	17,5	9,2	13,7
9. Estatuto da Criança e do Adolescente não protege	25,0	23,9	27,1	13,7	10,3
7. Brandura de juizes na aplicação das penas	17,1	28,6	29,3	16,0	9,0
5. Rigorismo das leis penais	35,5	27,3	22,5	9,0	5,7

Obs.: os valores da tabela referem-se ao percentual de respondentes que assinalou cada uma das alternativas da escala

## SOLUÇÕES

Assim como as causas, as soluções identificadas na etapa anterior de nossa pesquisa também foram agrupadas de acordo com a seguinte divisão:

- Soluções sócio-econômico-culturais;
- Soluções relacionadas à Administração Pública;
- Soluções relacionadas a questões de polícia e de sistema prisional;
- Soluções relacionadas a questões legais e judiciais.

Para avaliação das possíveis medidas de solução, os magistrados foram indagados quanto ao seu grau de concordância com relação a cada alternativa de solução apresentada, conforme exemplo da escala abaixo:

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	INDIFERENTE	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
Maiores oportunidades de emprego	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>

As páginas seguintes apresentam o resultado final dessa avaliação, e compreendem uma lista, conforme o grau de concordância dos magistrados, das principais sugestões quanto a medidas de solução para a atual situação de violência e criminalidade em nosso país. Em todos os blocos de questões investigados, as tabelas apresentam as soluções por ordem decrescente de percentual de concordância, segundo a coluna da direita (CT). Além disso, os itens 1 e 2 da escala são reunidos sob o nome "discordam".

## Soluções de natureza sócio-econômico-cultural

**Tabela 5 – Soluções sócio-econômico-culturais**

Soluções	Discordam	Indiferente	Concordam	
			C	CT
8. Edificação dos valores éticos e morais	2,2	5,0	36,6	56,2
1. Maiores oportunidades de emprego	1,6	4,5	40,9	53,1
3. Políticas para reduzir desigualdade econômica	1,6	7,5	41,6	49,4
9. Articulação de esforços da sociedade para o crescimento e valorização de crianças e jovens carentes	1,9	5,9	44,6	47,7
4. Estruturação da família (unidade familiar)	2,4	11,7	38,5	47,4
7. Edificação da cidadania	1,6	10,3	43,1	45,1
6. Meios de comunicação inteligentes que não supervalorizem a violência	2,3	12,6	41,0	44,1
11. Maior inclusão de jovens em escolas públicas de tempo integral	4,5	13,2	40,1	42,2
5. Sensibilização da sociedade para a identificação e prevenção ao abuso e mau trato de crianças e adolescentes	2,6	10,3	51,7	35,4
10. Valorização da identidade juvenil	2,9	17,5	47,0	32,6
2. Estabilização da economia (superação da crise econômica)	3,2	16,4	48,7	31,7
12. Ações mais efetivas por parte da Igreja junto a comunidades carentes	12,7	28,7	37,4	21,2

Obs.: C significa Concordo (item 4 da escala) e CT significa Concordo Totalmente (item 5 da escala). As variáveis estão dispostas em ordem decrescente de concordância, de acordo com a coluna da direita (CT). Os itens 1 e 2 da escala estão reunidos sob o nome "discordam".

## Soluções relacionadas à Administração Pública

Tabela 6 – Soluções relacionadas à Administração Pública

Soluções	Discordam	Indiferente	Concordam	
			C	CT
11. Combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado	2,0	2,2	19,8	76,0
25. Interligação dos bancos de dados das instituições judiciais, policiais e penitenciárias	1,4	3,6	28,6	66,1
13. Sistema educacional eficiente e de qualidade	2,3	3,8	29,1	64,8
9. Vontade política do Estado	1,7	5,7	29,2	63,4
12. Criação de políticas públicas de prevenção à violência	1,9	3,3	34,9	59,9
3. Plano de segurança pública (contratação e aperfeiçoamento de pessoal, adição de materiais, equipamentos e viaturas)	2,0	3,0	35,8	59,3
10. Medidas de redução de consumo de drogas e álcool	1,8	7,9	34,3	56,0
22. Medidas de incentivo e facilitação do acesso à educação	0,8	4,1	40,5	54,6
26. Aparelhamento técnico do Juizado da Infância e da Juventude no trato do menor infrator	0,9	5,4	39,4	54,3
23. Projetos com prefeituras e estados para investimento em menores (lazer, educação, encaminhamento ao trabalho)	1,3	4,4	40,1	54,2
1. Políticas públicas de inclusão social	1,1	4,4	42,0	52,5
6. Prevenção ao abuso sexual e mau trato à criança e ao adolescente	2,1	5,5	40,0	52,4
7. Política de investimento em policiamento e na repressão ao crime	1,4	4,6	42,7	51,3
18. Estímulo ao ensino profissionalizante (por meio de escolas técnicas)	2,3	7,7	40,4	49,6
21. Medidas de inserção social do cidadão	1,3	7,0	45,8	45,8
2. Integração dos municípios para agirem de forma articulada contra a violência	3,0	6,7	47,8	42,5
19. Criação de cooperativas habitacionais para proporcionar moradia	2,4	12,7	42,8	42,1
17. Criação de centros integrados de cidadania, assistência social e lazer para jovens	3,3	9,0	45,8	42,0
8. Política de respeito aos Direitos Humanos	5,3	10,8	43,6	40,3
16. Maior repasse de verbas aos Estados, por parte do Governo Federal, para financiar ações de segurança	2,8	11,4	47,2	38,6
15. Participação mais intensa dos Estados no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública	5,7	13,0	45,9	35,3
5. Criação de uma rede de atendimento municipal e/ou regional de combate e prevenção à violência	6,0	15,5	43,3	35,1
4. Instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública	10,0	22,7	36,4	30,8
20. Criação de comissões permanentes sobre segurança pública	3,6	19,7	46,2	30,5

<b>14. Participação das forças armadas na segurança pública</b>	39,0	14,8	22,0	24,2
<b>24. Estatização da indústria de armamentos de todos os tipos</b>	29,2	24,9	22,0	24,0

Obs.: C significa Concordo (item 4 da escala) e CT significa Concordo Totalmente (item 5 da escala). As variáveis estão dispostas em ordem decrescente de concordância, de acordo com a coluna da direita (CT). Os itens 1 e 2 da escala estão reunidos sob o nome "discordam".

## Soluções relacionadas à Polícia e ao Sistema Prisional

Tabela 7 – Soluções relacionadas à Polícia e ao Sistema Prisional

Soluções	Discordam	Indiferente	Concordam	
			C	CT
21. Maior controle nas prisões (evitar a entrada de armas e telefones celulares)	0,9	3,2	17,6	78,4
11. Aparelhamento da polícia com melhor tecnologia	1,7	3,2	24,3	70,9
14. Reforma do sistema penitenciário	2,3	4,2	26,7	66,8
10. Qualificação do treinamento policial	2,1	2,5	29,4	66,0
12. Qualificação, com recursos humanos e materiais, das perícias	1,2	4,0	28,8	66,0
22. Construção de estabelecimentos penais em locais isolados	4,5	9,6	23,4	62,5
28. Respeito aos limites de capacidade dos presídios	1,2	4,5	34,2	60,1
1. Sistema de policiamento mais ostensivo	2,2	5,1	35,6	57,1
20. Restringir benefícios (aumentando requisitos) para autores de crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa	4,5	7,0	32,0	56,4
18. Criação de um cadastro nacional de condenados criminalmente	4,1	7,6	32,0	56,3
19. Combate preferencial das autoridades policiais aos empresários do crime (grandes traficantes, "desmanches", etc.)	3,1	8,2	32,4	56,3
30. Reestruturação das FEBEMs	2,1	6,3	35,4	56,2
8. Atividade integrada entre as diversas polícias (civil, militar e federal)	2,1	4,5	38,6	54,8
13. Avaliação periódica das operações policiais	0,6	4,4	40,2	54,8
26. Recuperação do preso (proporcionando dignidade por meio do trabalho e educação) durante o cumprimento da pena	1,9	3,6	40,0	54,6
9. Aumento no quadro das polícias	2,3	6,4	38,2	53,2
27. Criação de oportunidades e trabalho de acompanhamento ao egresso dos presídios (Ex. assistência social)	1,3	4,0	41,6	53,1
29. Fixação de limite mínimo orçamentário e de investimento efetivo para a União e para os Estados com o fim de reestruturar o sistema prisional	3,0	6,5	40,2	50,3
24. Criação de colônias agrícolas e/ou industriais	6,9	6,7	39,8	46,6
15. Contratação de pessoal para serviço burocrático, colocando todo o policiamento nas ruas	8,6	10,8	34,0	46,5
25. Criação de cooperativas de presos, dando suporte ao apenado quando este deixa o presídio	4,8	10,7	42,2	42,4
17. Criação de cadastro nacional com nomes de policiais expulsos da corporação	5,5	18,1	35,2	41,2
5. Unificação das polícias civil e militar	16,7	16,0	27,6	39,8
2. Sistema de policiamento mais repressivo	22,6	12,5	35,3	29,6

<b>6. Maior controle sobre o uso da força da polícia</b>	8,1	13,6	48,7	29,4
<b>4. Criação de novas estruturas policiais</b>	15,9	20,3	36,6	27,2
<b>23. Prisões administradas pela iniciativa privada</b>	39,8	14,2	23,2	22,9
<b>3. Criação de polícias municipais</b>	28,5	22,5	28,1	21,0
<b>7. Ampliação dos poderes da polícia</b>	45,1	18,3	20,7	15,9
<b>16. Maior autonomia aos diretores de presídios e às autoridades que comandam os sistemas prisionais dos estados</b>	38,2	21,2	25,9	14,6

Obs.: C significa Concordo (item 4 da escala) e CT significa Concordo Totalmente (item 5 da escala). As variáveis estão dispostas em ordem decrescente de concordância, de acordo com a coluna da direita (CT). Os itens 1 e 2 da escala estão reunidos sob o nome "discordam".

## Soluções de natureza legal e judicial

**Tabela 8 – Soluções de natureza Legal e Judicial**

Soluções	Discordam	Indiferente	Concordam	
			C	CT
2. Efetivação e cumprimento das leis	1,6	1,8	27,2	69,4
8. Fixação de penas diferenciadas e mais rigorosas para crimes graves (p.ex., seqüestro)	6,7	9,1	24,6	59,7
31. Criação de lei que torne obrigatório ao preso apto trabalhar no sistema penitenciário	2,6	4,6	33,8	59,1
6. Mais rigor para os criminosos de colarinho branco	3,4	7,2	32,7	56,7
7. Aumento de pena para os casos de corrupção	3,7	9,6	30,5	56,2
25. Maior agilidade no desenvolvimento da ação penal	2,8	4,5	43,1	49,6
10. Aprimoramento / atualização da Legislação Penal	3,3	7,4	41,4	47,9
32. Instalação de equipamentos que permitam aos presos depor em processos sem precisar ir até os fóruns	11,8	8,2	33,7	46,3
1. Utilização de penas alternativas para crimes praticados sem violência ou grave ameaça	6,6	8,4	40,1	44,9
16. Mais agilidade na aprovação de projetos (na Câmara e no Senado) sobre assuntos ligados à violência	4,4	15,7	35,3	44,5
27. Maior controle do poder legislativo na edição de leis novas em confronto com o sistema já existente para evitar revogações inadequadas	4,5	10,2	41,7	43,6
9. Federalização de crimes como contrabando de armas, narcotráfico, crime organizado, etc	22,8	16,5	19,2	41,5
24. Inclusão do crime de "tráfico de entorpecentes" e do "roubo de cargas" na classificação de "crime organizado"	5,5	13,2	41,2	40,1
17. Modificação da legislação processual penal	4,3	14,0	43,4	38,3
22. Dedicção exclusiva, e preparo, de juizes para a instrução e julgamento de ações penais	6,4	12,7	43,0	35,9
19. Instituição dos juizados criminais de instrução, abolindo o inquérito policial	16,9	15,2	33,2	34,8
33. Aumentar a pena para o crime de receptação	9,8	18,8	37,5	34,0
3. Penas mais rigorosas	21,6	18,9	26,4	33,1
23. Definição legal de "crime organizado" e varas exclusivas, ou preferenciais, para o exame de tal matéria	9,0	19,5	39,2	32,4
30. Revogação expressa do artigo 6º da Lei nº 9.034/95 para evitar que o réu preso seja colocado em liberdade em curto prazo	13,3	18,1	36,9	31,7
29. Uniformização da legislação a respeito dos delitos de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01)	4,1	13,7	50,9	31,3
18. Redução da imputabilidade penal para 16 anos	34,7	7,9	26,5	30,9

20. Inquérito policial com a presença do Ministério Público, autor do fato e defensor, reservando a fase judicial para ouvir o réu e as testemunhas da defesa	22,7	15,5	31,5	30,4
21. Dedicção exclusiva, e preparo, de agentes do Ministério Público para a instrução e julgamento de ações penais	31,5	14,3	28,9	25,3
11. Exclusividade do porte de armas de fogo para militares e policiais	30,7	15,1	30,2	24,0
28. Uniformização do tratamento dado ao " réu colaborador" (Lei nº 9.807/99 e nº 10.409/02)	5,2	20,3	52,4	22,2
13. Aplicação de penas mais elevadas	31,0	18,3	29,2	21,5
5. Aumento das penas de prisão	32,5	22,8	26,1	18,6
15. Instituição da pena de morte	65,7	5,9	11,3	17,1
26. Permitir que o condenado criminalmente continue com o direito de votar	54,0	19,8	13,7	12,5
14. Aplicação de penas mais leves	61,0	22,0	8,2	8,7
4. Diminuição das penas de prisão	50,7	19,5	21,5	8,2
12. Liberação para a posse de armas de fogo a todas as pessoas	80,4	5,9	7,8	5,9

Obs.: C significa Concordo (item 4 da escala) e CT significa Concordo Totalmente (item 5 da escala). As variáveis estão dispostas em ordem decrescente de concordância, de acordo com a coluna da direita (CT). Os itens 1 e 2 da escala estão reunidos sob o nome "discordam".



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Os resultados apresentados neste relatório constituem, na visão do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA), em importante contribuição no sentido de combater um dos principais problemas que afligem a sociedade brasileira: a criminalidade e a violência.

Numa tentativa de identificar as principais causas e as possíveis soluções para esse problema, o CEPA "ouviu" mais de 1000 magistrados espalhados por todo o país, num esforço de pesquisa bastante grande. Aliás, deve ser ressaltada a importância da iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros em solicitar a pesquisa, numa tentativa de contribuição social inestimável.

As análises constantes neste relatório ainda são incipientes, sem a profundidade que pode ser extraída, e que dependem muito da necessidade de investigação que será identificada ao longo das discussões sobre os resultados.

Por fim, o CEPA coloca-se à disposição, por intermédio dos técnicos responsáveis pela pesquisa, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da leitura e interpretação deste relatório.